

Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/EMQBJ-JESN8-WBM8K-XQSVM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

COMARCA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO

Isis Campos Amaral – Oficiala

Isabel Cristina Amaral Guijarro Melander – Suboficial Angélica Silva de Araújo Soares – Substituta Sandra Barfknecht – Substituta Sttefanny Batista Franco – Substituta

CNM n° 026153.2.0094641-93

CERTIDÃO DE MATRÍCULA

ESTA CERTIDÃO TEM
VALIDADE DE 30 (TRINTA)
DIAS E NÃO É REVALIDÁVEL
(Decreto 93.240 de 09/09/86)

Isis Campos Amaral, Oficiala do Registro de Imóveis de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás, na forma da Lei, etc...

CERTIFICA que a presente é reprodução autêntica da matrícula nº 94.641, foi extraída por meio reprográfico nos termos do Art.19, § 1°, da Lei 6.015 de 1973 e Art.41 da Lei 8.935 de 18/11/1994, sua instalação no dia 25/11/2002 e está conforme o original. Apartamento $\mathtt{n}^{\, \circ}$ 202, localizado no Pavimento Superior, CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JERICÓ XVI, situado neste município, no loteamento denominado PARQUE RIO BRANCO, composto de 01 (uma) sala de estar, 01 (uma) cozinha/área de serviço, 02 (dois) quartos, 01 (um) banheiro, hall e vaga de garagem descoberta; com a área privativa principal de 52,54 m², área privativa total de 52,54 m², área de uso comum de 27,0900 m², área real total de 79.6300 m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,20679; confrontando pela frente para a circulação interna (uso comum); pelo fundo com a área permeável; pelo lado direito com o Apartamento 203 e pelo lado esquerdo com a área de uso comum (escada); edificado no lote nº 24, da quadra 26, com a área de $360,00~m^2$, confrontando pela frente com a Rua cinco, com 12,00 metros; pelo fundo com o lote 12, com 12,00 metros; pelo lado direito com o lote 23, com 30,00 metros e pelo lado esquerdo com o lote 25, com 30,00 metros. PROPRIETÁRIA: JERICO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 25.235.388/0001-30, com sede na Rua 01, (Quadras 06, 07, 13, 14, 20, 21, 27, 28, 34, 35, 41), Quadra 21, Lote 11, Loja 02, Morada Nobre, nesta cidade REGISTRO ANTERIOR: R-7=91.125. Em 18/09/2019. A Substituta

 $\bf Av-1=94.641$ - $\bf CONSTRUÇÃO$ - Procedo a esta averbação para consignar a apresentação da Carta de Habite-se n° 054/2019,, expedida em 23/08/2019 e a CND do INSS n° 001772019-88888034, emitida em 30/08/2019 com validade até 26/02/2019;, constando que o referido imóvel encontra-se totalmente



Valide aqui

/alide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/EMQBJ-JESN8-WBM8K-XQSVM

construído, conforme Av-8=91.125, Livro 2 desta Serventia. A Substituta

Av-2=94.641- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO - Procedo a esta averbação para consignar que o imóvel objeto desta matrícula, originou-se da Instituição e Especificação de Condomínio, conforme R-9=91.125, Livro 2 desta Serventia. A Substituta

Av-3=94.641 - CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO - Procedo a esta averbação para constar que foi instituída de acôrdo com a Lei nş 4.591/1964, a Convenção de Condomínio, conforme registro feito nesta data sob n° 3.589, Livro 3 de Registro Auxiliar. A Substituta

Av-4=94.641 - Protocolo nº 101.764, de 03/01/2019 - INCLUSÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL - Nos termos da Certidão Negativa de Débitos, da Prefeitura Municipal desta cidade, emitida em 03/01/2020, fica averbado o número da inscrição municipal do imóvel, que é 256682. Em 09/01/2020. A Substituta

R-5=94.641 - Protocolo n° 101.764, de 03/01/2019 - COMPRA E VENDA - Em virtude do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no Sistema Financeiro de Habitação - Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida - CCFGTS/PMCMV -SFH, firmado em Brasília - DF, em 27/12/2019, celebrado entre Jericó Construções Eireli - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 25.235.388/0001-30, com sede na Rua 01 (Quadras 06, 07, 13, 14, 20, 21, 27, 28, 34, 35, 41), Quadra 21, Lote 11, Loja 02, Morada Nobre, nesta cidade, como vendedora, e PATRICIA LOISLENE DA SILVA MOTA, brasileira, solteira, auxiliar de escritório e assemelhados, CI n° 6653702 SSP-GO, CPF n° 707.449.501-80, residente e domiciliada na Quadra 16 A, Lote 50, Jardim Ipanema, nesta cidade, como compradora e devedora fiduciante e ainda como credora fiduciária a Caixa Econômica Federal - CEF, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 00.360.305/0001-04, foi este imóvel alienado pelo preço de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), reavaliado por R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), dos quais: R\$ 8.642,00 (oito mil e seiscentos e quarenta e dois reais), desconto concedido pelo FGTS/União (complemento); R\$ 22.058,00 (vinte e dois mil e cinquenta e oito reais), recursos próprios e R\$ 108.300,00 (cento e oito mil e trezentos reais), valor do financiamento concedido pela credora. O contrato se rege em seu todo pelos itens de A a E e 1 a 34, expedido em três vias, uma das quais fica arquivada neste Cartório. Em 09/01/2020. A Substituta

R-6=94.641 - Protocolo n° 101.764, de 03/01/2019 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Em virtude do mesmo contrato acima, em seu item 13, foi este imóvel dado em alienação fiduciária a credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nos termos da Lei 9.514 de 20/11/1997, para garantia da dívida no valor de R\$ 108.300,00 (cento e oito mil e trezentos reais), que será pago em 360 meses, à taxa anual de juros nominal de 5,0000% e efetiva de 5,1161%, com o valor da primeira prestação de R\$ 602,49, vencível em 05/02/2020, sendo que o valor da garantia fiduciária é de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais). Em 09/01/2020. A Subtituta



Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/EMQBJ-JESN8-WBM8K-XQSVM

Av-7=94.641 - **RETIFICAÇÃO** - De conformidade com o artigo 213, inciso I, alínea a da Lei 6.015 de 31/12/1973, fica retificada a averbação n° Av-4=94.641 e os registros n°s R-5 e R-6=94.641, para constar que a data correta do Protocolo 101.764 é 03/01/2020 e não como constou. Em 10/01/2020. A Subtituta

Av-08=94.641 - Protocolo n.º 174.164, de 19/08/2025 - CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE - Em virtude do requerimento, datado de 23/07/2025, tendo em vista o inadimplemento por parte da proprietária e de suas obrigações contratuais, conforme Artigo 26 parágrafo 7° da Lei n° 9.514/97, fica averbada a consolidação da propriedade do imóvel objeto desta matrícula em nome da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, lotes 3/4, Brasília-DF. Certifico que, após a devedora acima qualificada não ter sido encontrada, estando em local ignorado, incerto e inacessível, nos termos da legislação vigente, foi feita a intimação da proprietária via edital, publicado nos dias 13, 14 e 15/05/2025, de forma eletrônica através da plataforma Editais Online - Diário do Registro de Imóveis Eletrônico, e aquardou-se os 15 (quinze) dias para a purgação da mora, imóvel este avaliado por R\$ 148.251,44 (cento e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos). A credora fiduciária deverá promover os leilões públicos resultante do art. 27 da Lei 9.514/97.Selo: 01392508223540225760048. Cotação do ato: emolumentos: R\$587,27; ISSQN: R\$29,36; taxa judiciária: R\$19,78; FUNDESP/GO: R\$58,73; FUNEMP: R\$17,62; OAB/DATIVOS: R\$11,75; FUNPROGE: R\$11,75; FUNDEPEG: R\$7,34; FUNCOMP: R\$35,24. Total: R\$778,84. Valparaíso de Goiás-GO, 29 de agosto de 2025. Assinado digitalmente por Sandra Barfknecht - Substituta.

> O referido é verdade e dou fé. Valparaíso de Goiás, 01 de setembro de 2025.

Emol...: R\$ 88,84 Tx.Jud.: R\$ 19,17

Fundos.: R\$ 21,55 ISSQN..: R\$ 4,44 Total..: R\$ 134,00 Poder Judiciário do Estado de Goiás
Selo Eletrônico de Fiscalização
01392509013308734420025

01392509013308734420025 Consulte esse selo em: https://see.tjgo.jus.br/buscas

A eficácia desta certidão fica condicionada à confirmação de sua autenticidade, mediante consulta do selo no Sistema Extrajudicial.

Conforme Art. 15, $$4^{\circ}$ da Lei 19.191/2015$, com a redação dada pela Lei $n^{\circ}20.955$, de 30/12/2020, é obrigatório constar demonstração ou declaração no instrumento público apresentado a registro acerca do recolhimento dos fundos estaduais previstos na referida Lei, inclusive naqueles lavrados em outra unidade da Federação.